

## RESENHA / *RESEÑA* / *REVIEW*

### O terror renegado

*El terror renegado*

*Renegade terror*

#### RESENHA DE:

**GASPAROTTO, Alessandra. *O terror renegado: a retratação pública de integrantes de organizações de resistência à ditadura Civil-militar no Brasil, 1970-1975*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2012. 276 p.**

---

O livro recebeu o Prêmio de Pesquisa Memórias Reveladas 2010, fruto de uma vasta pesquisa de mestrado realizada pela autora. Uma bela edição, graficamente cuidada, reproduzindo alguns documentos, e editada de forma a tornar a leitura agradável. O livro vai nos envolvendo na medida em que começamos a lê-lo. A temática escolhida pela autora não é nada fácil, esbarra em questões éticas e morais profundas. Esbarra na interpretação dos sujeitos que viveram a história recente do Brasil, e o uso que foi feito dessa história e como os sujeitos que vivenciaram foram tratados, se sentem, reagem. As trajetórias dos indivíduos se entrelaçam com o sujeito coletivo. A história e a memória se confundem, constituindo um todo histórico extremamente difícil de ser alcançado pelo trabalho historiográfico. A leitura forçosamente faz pensar e avaliar esse passado recente.

Não deve ter sido tarefa fácil para a autora lidar com fatos tão difíceis como as retratações públicas e o uso que delas foram feitas, e ao mesmo tempo atentar para a subjetividade dos sujeitos envolvidos em cada um dos processos, percebendo, sobretudo, que cada caso vivido tem uma história distinta que precisa ser problematizada na análise. Não há respostas fáceis para tratar do tema. As vidas das pessoas atingidas na história narrada foram profundamente modificadas a partir desses fatos,

que são prenes de esquecimentos e silêncios. Alguns se recusaram a falar, considerando os fatos “passados”. Mas o que prevalece é o dever de memória, que vai em muitas vezes debater-se contra a instituição de verdades oficiais. Aqueles que falaram demonstraram que os fatos foram marcantes para sempre em suas trajetórias de vida.

Até que essa pesquisa tivesse sido realizada o pouco que se sabia sobre as retratações apontavam para ações individuais, de militantes que se arrependeram da luta. Muito mais presente se tinha a versão apresentada pela mídia da época, que se regozizava com os “arrepentimentos” e “desbundes”, usados para defender que a esquerda era moralmente fraca. O livro nos surpreende e mostra uma forte articulação em torno da prática das retratações públicas, que surgindo efetivamente de militantes arrependidos, é tornada uma política de tratamento para militantes presos durante um dado período da repressão, o início de 1970 e 1971. Ou seja, não foi uma prática permanente, porque sua eficiência enquanto propaganda foi limitada e restrita. E foi utilizada deliberadamente pelo regime com o auxílio indispensável da grande imprensa da época. O livro mostra ainda que muitos militantes foram “convidados” a se arrependem e não aceitaram, o que também não foi divulgado na imprensa da época.

A possibilidade de arrependimento, de gravações de entrevistas, de participação de debates públicos passavam a ser uma forma de mostrar que de dentro da militância e da resistência haviam jovens que estavam “arrepentidos”, que perceberam seus equívocos de terem aceito idéias de esquerda. Esses arrependimentos, 42 ao longo do livro, vão sendo qualificados, problematizados, complexificados. Poucos serão os que se diriam arrependidos e passariam para o outro lado, elogiando o regime, exaltando a personalidade de Médici, como o fez Rômulo Fontes, articulador do primeiro grupo de “arrepentidos”. Não apenas admira Médici como culpa o “terror” (militante) pela tortura, responsabilizando-os por não terem deposto armas aceitando a “boa vontade dos militares”, vistos por ele como “grandes construtores do Brasil”. (Gasparotto, p. 214). Coerente com essa postura, o depoente atualmente milita em movimentos nacionalistas. Ele foi o articulador do primeiro grupo de cinco arrependidos, tendo sugerido a intervenção do DOPS, e “amadurecido nas discussões com ‘pessoas altamente inteligentes’, concretizando no rompimento público”. (Gasparotto, 63) Esse arrependimento, ocorrido em 22/5/1970 recebeu destaque televisivo e no Rio Grande do Sul estiveram nas capas de *Zero Hora*, *Correio do Povo* e *Diário de Notícias*.

A partir daí, e da eficácia da divulgação, outros depoimentos passaram a ser negociados. Mas a maior parte dos militantes, pelo contrário, se recusava a negar a existência da tortura, sendo que pelo menos um deles, um tempo depois dos depoimentos, acabaram incorrendo em suicídio.<sup>1</sup> Outros levaram anos para poderem se realinhar e se colocar uma vez mais no campo de esquerda, questionando os rumos mais amplos da política nacional. Tal foi o estigma sobre eles, os desbundados, os traidores, que não tiveram qualquer acolhida política ou social. Se a ditadura oferecia trabalho para alguns deles, outros seguiram dentro das prisões, ou seja, não houve como sistemática recompensas pelo “comportamento prestado” à ditadura. Muitos deles foram levados aos depoimentos em situação de extrema fragilidade física, saídos de tortura ou no próprio ambiente de tortura.

O livro mostra que se houve traição, não era a regra daqueles que falavam. O caso mais conhecido, de Celso Lungaretti, mostra que ele foi durante anos acusado de entregar uma base territorial da VPR à repressão quando recentemente se descobriu que essa informação não confere, as informações que prestou “levaram a repressão à primeira área de treinamento, já desativada”, mas não ao local onde de fato estavam (Gasparotto, p. 235). Esse fato foi reconhecido inclusive por Jacob Gorender, respeitado historiador da esquerda armada brasileiro. Lungaretti parece ter voltado a respirar quando essa verdade veio à tona. Não nega que tenha “se arrependido”, sob condições desumanas, sob tortura desumanizante, mas não aceita que se conclua a partir daí que ele tenha sido um traidor. Segundo ele, “no fundo, a coisa modificou muita mais a vida da gente do que a história” (idem, p. 234).

A pesquisa mostra que o primeiro grupo a fazer declarações públicas estava dentro de um contexto característico, a imagem externa do Brasil estava sendo atacada por exilados e banidos que difundiam a realidade da tortura e repressão interna fora do país. O serviço de segurança transformou em peças de propaganda de alto alcance as falas dos arrependidos, buscando com isso calar aquelas denúncias que circulavam fora do Brasil. Os arrependimentos transformaram-se em cheio em peças de propaganda, produzidos e divulgados como tal. O grande mote era o papel da “juventude”, os jovens que estariam ingenuamente sendo enganados por uma esquerda que interpretava um país a partir de “ideias

<sup>1</sup> Massafumi Yoshinaga, “atormentado e com sérios problemas psicológicos, esteve internado e era constantemente vigiado pela família. [...] Em junho de 1976 foi encontrado morto, enforcado com a mangueira de plástico do chuveiro. Era sua terceira tentativa de suicídio”. (Gasparotto, p. 224).

alheias ao país” e “doutrinas alienígenas”. Os jovens eram mostrados como construtores do país, como portadores de um futuro, mas de um futuro que só teria lugar se deixasse de lado essas ideias subversivas.

A preocupação com a visão externa do Brasil era tal que houve negociações em que os depoentes gravavam dois tipos de falas: uma para circular no Brasil e outro fora. A lógica era que, aqui não precisaria negar a existência da tortura mas lá fora, não deveria afirmar sua existência. Em pesquisa de arquivo no DEOPSP, a autora localizou a “carta aberta à opinião pública internacional”, do grupo dos cinco primeiros arrependidos, os integrantes da VPR, onde destaca-se: “não se pode jamais dizer que os presos políticos à disposição da Justiça Brasileira estejam submetidos a uma situação carcerária desumana. Chega a ser irônica a afirmação de semelhante disparate” (apud Gasparotto, p. 145). O pouco que se conhece sobre a realidade prisional brasileira da época da Ditadura torna insustentável a afirmação do documento, mas era essa a intencionalidade de divulgação, ou seja, criar dúvidas sobre a forma como eram tratados os presos.

Aqui esbarramos em um quase detalhe dessa história, que é justamente a juventude desses sujeitos, que aos 18, 19 anos já estavam tomando medidas que iriam modificar todas as suas vidas futuras. Seriam responsabilizados e se tornariam estigmas de posições políticas, não importando o quadro de desequilíbrio físico e mental ao qual estavam submetidos. Há também casos em que declarações foram atribuídas a pessoas que negam terem dito o que foi divulgado pela Ditadura.

O livro não se escusa de entrar nesse debate, discutindo com a historiografia que coloca esses militantes em um prisma que vai do traidor, ao ingênuo ou ao aventureiro. Se a mídia foi sujeito fundamental do processo de arrependimentos, seguiria sendo, nos anos 1990, ao eleger uma dada visão romantizada da ação dos militantes, tornando mais difícil a compreensão desse momento histórico. Assim também é preciso problematizar a profusão editorial de obras que acabaram sendo usadas para reforçar posições, como é o caso citado pela autora da obra *O que é isso companheiro?* De Fernando Gabeira, reforçando equivocadamente a visão da luta armada como um momento de aventura de juventude, o eu constitui parte de um forte embate das memórias da/sobre a ditadura. A autora se questiona sobre

As lembranças dos arrependidos: como elas podem ser situadas e compreendidas, visto que não são enquadradas nem como parte da memória oficial da esquerda, nem dos militares, nem do próprio

Estado? Há espaço para que sejam integradas à memória coletiva da nação? Ou estão fadadas a permanecerem ‘subterrâneas’? (Gasparotto, p. 200).

Não há resposta simples. Mas o trabalho de recuperação histórica do livro de Gasparotto é impressionante. Não apenas a autora conseguiu os depoimentos impressos e alguns gravados, mas também conseguiu ampliar a documentação que se relacionava com cada um dos casos estudados. Além disso, conseguiu contatar os sobreviventes, em algo que constitui grande mérito de seu trabalho, contrapondo as falas dos depoentes em distintos períodos de tempo, desde aquele do momento vivido, depois, aquele do período de abertura democrática, com a fala colhida propriamente para a pesquisa. E em alguns casos foi possível perceber justamente esse movimento da memória, que não é fixa, não é estática, mas que acompanha o reordenamento histórico do próprio sujeito. Alguns deles, muito tempo depois conseguiram reorganizar suas vidas e retomar inclusive sua vida política próxima à esquerda, encontrando formas de lidar com esse passado.

Por fim, uma crítica precisa ser feita ao título do livro, “terror renegado”. O tempo todo a pesquisa mostra o Estado brasileiro como o grande protagonista do terror, do “terror de estado” que institucionalizou a tortura, as prisões arbitrárias, as mortes e desaparecimentos. É totalmente compreensível que o sistema de propaganda dissesse que os “terroristas renegaram o terror”. Basta lermos a imprensa da época, lermos, por exemplo, a *Veja*, onde havia uma seção da revista intitulada “terror” onde eram narrados casos de resistência como contraexemplos à juventude. Por isso, é compreensível que como parte da propaganda, se falasse em terror. Mas a pesquisa de Gasparotto traz mais elementos para consolidar que o terror não era a subversão, não era a resistência, mas sim o sistema repressivo e sua comunidade de informações. O que nos parece é que aqueles militantes renegaram a muito mais do que a qualquer “terror”. Foram levados a renegar à sua própria história, à capacidade de compreendê-la, de articular-se com seus iguais, de planejar suas ações, de constituírem-se enquanto grupos que possuíam afinidades políticas. O livro certamente recoloca elementos para que essa história seja repensada.

Carla Silva

UNIOESTE

Submetida em 03/06/2013.

Aprovada em 23/09/2013.